



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
8º. EXAME DE SELEÇÃO – PROVA DISCURSIVA – 04.10.2015**

DIREITO CONSTITUCIONAL

1 – Município situado no Estado do Rio de Janeiro, sob os argumentos de proteção ao meio ambiente local e de redução do tráfego na localidade, editou lei proibindo a circulação de veículos de carga das 15 às 20 horas nas vias públicas que cruzam o seu território, inclusive nas rodovias estaduais concedidas, em que o fluxo de veículos foi substancialmente afetado. O Governador solicita ao Procurador-Geral do Estado que adote a medida judicial cabível contra a referida lei. Indique o instrumento e os fundamentos jurídicos da medida. (50 pontos)

2 – O Governador encaminhou anteprojeto de lei ordinária estadual prevendo a instituição de região metropolitana, mediante a qual os serviços de saneamento básico dos municípios abarcados passam a ser geridos por órgão do Estado. Na qualidade de assessor jurídico, analise a constitucionalidade do referido anteprojeto. (50 pontos)

DIREITO ADMINISTRATIVO

1 – Um particular propõe à Administração Pública estadual a concepção de um projeto na área de mobilidade urbana com vistas à elaboração de estudos técnicos que subsidiem futura contratação. Antes de qualquer análise, os documentos são diretamente encaminhados à Assessoria Jurídica do órgão competente.

- a) Instado a manifestar-se sobre a questão, fundamente a admissibilidade jurídica desse tipo de proposta.
- b) Na hipótese de aproveitamento dos estudos ofertados espontaneamente, o particular tem direito a exigir remuneração por eles?
- c) Alternativamente, caso o particular seja autorizado a elaborar estudos técnicos, contudo injustificadamente não os conclua, tem o Estado, nesse cenário, direito a pleitear indenização do particular? (70 pontos)

2 – Servidor público estável, admitido sem concurso público 6 (seis) anos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, e em exercício continuado até os dias atuais, tem direito à incidência, a seu favor, de todas as regras de um novo plano de cargos e salários aplicável aos demais servidores lotados no mesmo órgão público? (30 pontos)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 – Disserte sobre preclusão, abordando conceito, classificação e respectivo alcance para o juiz. (50 pontos)

2 – Servidor ajuíza ação monitória contra o Estado do Rio de Janeiro para o recebimento de parcelas remuneratórias atrasadas, já objeto de reconhecimento de dívida. Para amparar sua pretensão, acosta cópia do Diário Oficial em que publicado o ato formal do reconhecimento da dívida.

Ao despachar a inicial, o juízo fazendário converte, de ofício, o procedimento em comum ordinário, por entender incabível a monitória.

Analise os aspectos processuais da situação narrada, considerando os requisitos da ação monitória e o dever de cooperação processual do magistrado. (50 pontos)